

14 JUL 1993 *Divida Externa*

Banco credor garante recursos para o Brasil usar em acordo

JORNAL DO BRASIL

■ Governo já tem US\$ 300 milhões assegurados em dinheiro novo

BRASÍLIA — O Brasil já tem assegurados cerca de US\$ 300 milhões em dinheiro novo, a serem liberados pelos bancos credores internacionais. Segundo o negociador oficial da dívida, Pedro Malan, os recursos serão usados pelo país para constituir parte dos US\$ 4 bilhões de garantias previstas no acordo com os bancos privados, a serem acumuladas ao longo de dois anos.

Até a última sexta-feira, os bancos detentores de 88,5% da dívida haviam refeito suas escolhas entre os vários tipos de bônus oferecidos pelo governo. As opções obedeciam à orientação do Brasil, segundo a qual no máximo 40% da dívida seriam trocadas por bônus ao par (título que não prevê desconto, mas tem juros tabelados) e no mínimo 35% seriam transformados em bônus de desconto (garantem redução de 35% do valor da dívida, mas tem juros flutuantes).

Segundo Malan, na sexta-feira, eras esta as escolhas feitas pelos credores: 31,09% da dívida alocados em bônus ao par; 36,27% em bônus de desconto; 8,30% em bônus com redução inicial de juros; 18,41% haviam sido deslocados para os bônus de capitalização (têm carência de 10 anos e juros prefixados) e outros 5,93% para os bônus de dinheiro novo.

Mudança — O negociador oficial da dívida, recebido pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, ressaltou que os percentuais poderão mudar quando todas as opções feitas pelos bancos forem contabilizadas, mas garantiu que o quadro geral não será alterado. “Quando 88,5% já estão dentro dos parâmetros fixados pelo governo brasileiro, é certo que o restante apresentará o mesmo comportamento”, disse.

São justamente os 5,93% da dívida direcionados para os bônus de dinheiro novo — o credor empresta ao Brasil US\$ 1 para cada US\$ 5,50 de dívida trocada pelo bônus — que garantiram os US\$ 300 milhões. Segundo Malan, o maior credor privado internacional do Brasil, o Citibank, optou por alocar 50% dos seus créditos em bônus de dinheiro novo e os outros 50% em bônus de redução inicial de juros.

Redução — Segundo Malan, a redução da dívida original será “significativa”, mas certamente não atingirá 35%, como chegou a anunciar o então ministro da Economia Marçilio Marques Moreira. Tal percentual só seria alcançado se todo o estoque sob negociação fosse trocado por bônus ao par ou de desconto.

Até o dia 30 de novembro — data em que o Brasil pretende tro-

car efetivamente a dívida pelos bônus — o país deverá ter um acordo em vigor com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Esperamos fechar o acordo com o Fundo até lá”, disse Malan. Na próxima semana, a equipe brasileira inicia a análise dos cerca de 800 contratos individuais com cada credor internacional, trabalho que deverá consumir todo o mês de julho e parte de agosto.

□ O presidente do Comitê Assessor dos Bancos Credores Privados, William Rhodes, disse ontem que o ministro Fernando Henrique Cardoso vai precisar do respaldo do Congresso Nacional para implementar o seu plano econômico. “O ministro está trabalhando no plano, que é positivo do ponto de vista econômico”, comentou, após encontro com Fernando Henrique, em Brasília. Acompanhado do negociador da dívida externa brasileira, Pedro Malan, Rhodes veio ao Brasil para anunciar ao ministro da Fazenda a opção dos credores pelos instrumentos de renegociação da dívida de US\$ 42 bilhões com os bancos. “Semana que vem, os bancos começam a trabalhar a documentação para a assinatura dos contratos até novembro”, informou.